



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE



Rua 24 de Janeiro, 53 - Bairro 6 de Agosto - Rio Branco/AC - CEP: 69.905-596  
Tel. (68) 3302-7200 - www.riobranco.ac.leg.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO LEGISLATIVO
NÚMERO: _____/20____	NATUREZA: Projeto de Lei nº23/2019.
DATA: _____/_____/20____	AUTOR: Ver. Eduardo Farias 29 de maio de 2019.
DOCUMENTAÇÃO:	ASSUNTO: "Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Município de Rio Branco e dá outras providências".
AUTOR:	
ASSUNTO:	

## ENCAMINHAMENTO

1º	<i>J. Procurador</i>	4º	
	<i>Legislativa</i>		
	<i>Em: 30/05/19</i>		
	<i>Izabelle Souza Pereira Pontes</i> Diretora Legislativa		
2º		5º	
3º		6º	

RECEBIDO

Em: 29 / 05 / 19



Izabelle Souza Pereira Pontes  
Diretora Legislativa

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO FARIAS**

**PROJETO DE LEI Nº 23 /2019**

**Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Município de Rio Branco e dá outras providências.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE,** usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAÇO SABER** que a **Câmara Municipal de Rio Branco** aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Artigo. 1º** - Fica estabelecida prioridade de inclusão da mulher, vítima de violência doméstica, nas empresas prestadores de serviços terceirizados de mão de obra contratados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.

**Artigo. 2º** - Ficar estabelecido a reserva de vaga em até 10% para pessoas vítimas de violência doméstica em contratos terceirizados de mão de obra e nos programas de geração de emprego e renda gerenciado ou financiado pela prefeitura.

**Parágrafo único** - A condição de vítima de violência deverá ser comprovada mediante apresentação de cópia de boletim de ocorrência ou processo judicial, com concessão de medida protetiva



**Artigo. 3º** - Fica a cargo da Secretarias Municipal da Mulher o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento desta lei.

**Artigo. 4º** - O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Artigo. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “**EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO**”, dia  
29 de maio de 2019.

  
**EDUARDO FARIAS**  
Líder do PCdoB  
Vereador





### JUSTIFICATIVA

É alarmante o crescimento do número de casos de feminicídio em todo o país. O crime tornou-se uma verdadeira epidemia, tendo em vista que as estatísticas denunciam a morte de, pelo menos, 13 mulheres por dia. Urgem, portanto, medidas eficazes para frear esse mal.

Em Rio Branco, o ano de 2019 registrou nos primeiros 19 dias na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) 321 inquéritos de violência doméstica, um aumento de 33% se relacionado ao mesmo período do ano passado, quando 241 casos foram registrados. A capital acreana é a que mais registra casos de violência contra mulher no estado. Em todo o ano de 2018, a delegacia registrou 1.878 casos.

A cultura de violência contra as mulheres é enraizada principalmente na questão econômica, por isso acreditamos que dar condições de emprego e renda às mulheres pode ser um caminho para a diminuição dos casos, haja vista que a maioria permanece na companhia do agressor, em razão de dependência econômica. Pesquisas mostram que 44% dessas mulheres são, muitas vezes, o chefe da família, mas o que acontece é que essa mulher sofre uma dependência emocional desse companheiro, então, são anos e anos de abuso psicológico, onde ela tem sua autoestima diminuída.

A Lei Maria da Penha 11.340/2006, prevê as medidas integradas de prevenção, as quais devem ser inseridas nas políticas públicas pelos Municípios, Estados e Governo Federal. Enquanto legisladores, não podemos ficar omissos, permitindo o avanço dos casos.

A presente proposição tem como objetivo assegurar à mulher



vítima de violência doméstica, prioridade de inclusão nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, coadunando com o ordenamento constitucional de busca pela proteção e igualdade entre gêneros.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste relevante projeto de lei.

Sala das Sessões “**EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO**”, dia 29 de maio de 2019.

  
**EDUARDO FARIAS**  
Líder do PCdoB  
Vereador



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**



**PROJETO DE LEI Nº23/2019**

**AUTOR: VEREADOR EDUARDO FARIAS**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Município de Rio Branco e dá outras providências.

**DESPACHO**

Remetam-se os autos à Procuradoria Legislativa para emissão de parecer jurídico.

Rio Branco/Acre, 29 de maio de 2019.

  
**Izabelle Souza Pereira Pontes**  
**Diretora Legislativa**  
**Portaria 007/2019**